

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.967 - RS (2015/0014280-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : BANCO VOLKSWAGEN S.A.  
**ADVOGADOS** : RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910  
JOÃO GABRIEL SOARES GIL E OUTRO(S) - RS072773  
FELIPE MENDONÇA TERRA - RJ179757  
**RECORRIDO** : UNIÃO NACIONAL EM DEFESA DOS CONSUMIDORES  
CONSORCIADOS E USUÁRIOS DO SISTEMA FINANCEIRO  
NACIONAL UNICONS  
**ADVOGADO** : JOSÉ LUIZ PROVENZANO DA LUZ E OUTRO(S) - RS006610  
**INTERES.** : VOLKSWAGEN LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

## EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL.  
**RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.**  
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO COLETIVA.  
LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.  
PRAZO PRESCRICIONAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO  
CPC/73 CONFIGURADA. OMISSÃO. RECURSO ESPECIAL  
PROVIDO.

## DECISÃO

Da leitura da minuta de agravo de instrumento, extrai-se que a UNIÃO NACIONAL EM DEFESA DOS CONSUMIDORES CONSORCIADOS E USUÁRIOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL UNICONS (UNICONS) propôs ação coletiva contra o BANCO VOLKSWAGEM S.A. (BANCO).

Em fase de liquidação de sentença, o Juízo de primeira instância determinou a juntada de CD-ROM com a relação de consumidores que firmaram o contrato objeto da demanda coletiva, além dos quesitos e indicação de assistente técnico, sob o fundamento de nulidade da decisão recorrida por ausência de motivação, violação da regra da congruência e ausência de definição temporal quanto aos efeitos da coisa julgada.

O Tribunal Gaúcho deu parcial provimento ao agravo de instrumento do BANCO em decisão que recebeu a seguinte ementa:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO COLETIVA.  
LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.  
I. LEGITIMIDADE DA ASSOCIAÇÃO PARA PROMOVER A  
LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO  
DO PROCEDIMENTO PREVISTO PARA LIQUIDAÇÃO DE  
SENTENÇA. 01. Além das vítimas e seus sucessores, as  
associações constituídas com a finalidade de defesa dos*

*interesses e direitos dos consumidores também possuem legitimidade para promover a liquidação e a própria execução da sentença proferida na Ação Coletiva. Inteligência do art. 97 c/c art. 82, III, do CDC. 02. No caso concreto, inexistente violação do procedimento de liquidação de sentença ou afronta ao art. 100 do CDC, haja vista o nítido objetivo de identificar e dar ciência aos consumidores, possibilitando a eventual habilitação dos interessados.*

**II. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO LEGAL. RELAÇÃO DOS CONSUMIDORES. VIOLAÇÃO DO SIGILO BANCÁRIO, DA INTIMIDADE E DA VIDA PRIVADA.** 01. O Magistrado, ao analisar a questão posta em juízo, não está obrigado a indicar a base legal que sustenta a sua decisão, nem mesmo apreciar todos os dispositivos legais ou fundamentos invocados pelas partes. 02. Tratando-se de sentença que impõe obrigação de fazer, o Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, determinar as providências que entender necessárias a assegurar o resultado prático equivalente ao do adimplemento, tal como a apresentação de CD-ROM contendo a relação dos consumidores. Inteligência do art. 84, § 5º, do CDC, e art. 461, §5º, do CPC. 03. Outrossim, não há falar em violação ao sigilo bancário, da intimidade ou da vida privada, eis que o acesso aos dados fornecidos pela instituição financeira se dará em caráter restrito, apenas para assegurar o cumprimento do julgado.

**III. AFRONTA À NORMA DE CONGRUÊNCIA. PUBLICAÇÕES DOS EDITAIS. PRAZO.** 01. A publicação do dispositivo da sentença em jornais de grande circulação também se consubstancia em providência necessária a assegurar o resultado prático da tutela judicial. Além disso, é providência com caráter punitivo face à conduta abusiva da instituição financeira, nos termos do art. 78, II, do CDC. 02. Entretanto, excessiva a publicação do dispositivo sentencial em jornais de grande circulação de cada Estado da Federação, o que causaria evidente prejuízo financeiro ao agravante, devendo ocorrer a publicação da decisão em apenas três jornais de grande circulação estadual, como postulado, inclusive, pela agravada. 03. Da mesma forma, deve ser dilatado o prazo para a apresentação do CD-ROM contendo a relação dos consumidores que assinaram o contrato objeto da ação coletiva, devendo ser observado o que postulado pela própria agravada.

**IV. EFEITOS DA COISA JULGADA. LIMITAÇÃO TEMPORAL.** Não houve qualquer deliberação expressa sobre a limitação temporal dos efeitos da coisa julgada na decisão agravada, o que também não foi enfrentado pela decisão que julgou a Ação Coletiva e que transitou em julgado. Logo, não pode ser

# Superior Tribunal de Justiça

*conhecido o recurso, neste particular, sob pena de supressão de um grau de jurisdição.*

*V. PREQUESTIONAMENTO. O Órgão Colegiado não está obrigado a enfrentar todos os dispositivos legais e argumentos suscitados pelas partes, mas a analisar fundamentadamente a matéria devolvida pelo recurso.*

*AGRAVO CONHECIDO EM PARTE E, NESTA, PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ, fls. 2.282/2.283).*

Os embargos de declaração opostos pelo BANCO foram rejeitados (e-STJ, fls. 2.319/2.326).

Irresignado, o BANCO interpôs recurso especial, com base nas alíneas *a* e *c*, do permissivo constitucional, alegando, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 461, § 5º, 475-G, e 535 do CPC/73; 27, 82, IV, 84, § 5º, 94, 97 e 100 da Lei nº 8.078/90; 1º, *caput* e § 4º, 3º, 10 e 11 da Lei Complementar nº 105/2001; e 21 da Lei nº 4.717/64, sob os argumentos de (1) negativa de prestação jurisdicional, pois o TJRS permaneceu omissos quanto à apreciação do prazo prescricional consubstanciado nos arts. 27 da Lei nº 8.078/90 e 21 da Lei nº 4.717/65; (2) descabimento da liquidação coletiva na hipótese; (3) desrespeito à coisa julgada material em sede de liquidação de sentença; (4) necessidade de respeito ao sigilo bancário; e (5) aplicação do prazo prescricional de 5 (cinco) anos (e-STJ, fls. 2.330/2.360).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 2.384/2.407).

O recurso não foi admitido na origem (e-STJ, fls. 2.410/2.428), ascendendo os autos a esta Corte por via de agravo, que foi conhecido para determinar a sua reautuação como recurso especial por decisão monocrática de minha relatoria (e-STJ, fls. 2.558/2.561).

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do especial (e-STJ, fls. 2.569/2.575).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela*

# Superior Tribunal de Justiça

*jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

O TJRS, ao analisar os embargos de declaração, deixou de se manifestar acerca da matéria relativa ao prazo prescricional nos termos dos arts. 27 da Lei nº 8.078/90 e 21 da Lei nº 4.717/65.

É condição *sine qua non* ao conhecimento do especial que a questão de direito ventilada nas razões de recurso tenha sido analisada pelo acórdão objurgado. Assim, recusando-se o Tribunal Pernambucano a se manifestar sobre a questão federal terminou por negar prestação jurisdicional ao Recorrente.

A propósito:

*RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE NÃO SE MANIFESTOU SOBRE PONTO RELEVANTE PARA O DESATE DA CONTROVÉRSIA. OFENSA AO ART. 535 CONFIGURADA. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. REGULARIDADE.*

*1. Muito embora o acórdão recorrido tenha afastado uma a uma as preliminares arguidas pela recorrente, silenciou quanto a ponto fundamental ao desate da controvérsia no mérito, qual seja, a ocorrência de mora do devedor, apesar de instado a fazê-lo em sede de embargos de declaração, o que caracteriza violação ao art. 535, II, do CPC.*

*2. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no REsp 1187807/AM, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 21/6/2012, DJe 28/6/2012)

É medida de rigor, portanto, o retorno dos autos à instância ordinária para que sane o referido vício.

Fica prejudicada a análise das demais questões.

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial, determinando o retorno dos autos ao TJRS para que analise questões trazidas nos embargos de declaração, como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator